

Relatório da Administração

Aos nossos clientes, ao mercado e ao público em geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as informações financeiras do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento, "Banco de Investimento", relativas aos semestres findo em 30 de junho de 2017 e 2016.

O Banco de Investimento faz parte de uma das maiores e mais sólidas instituições financeiras internacionais, a HSBC Holdings plc, com sede no Reino Unido, com mais de 150 anos de tradição e experiência em todo o mundo.

Resultados

O HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento encerrou o semestre em 30 de junho de 2017 com patrimônio líquido no montante de R\$ 1.102.232 mil, tendo registrado um lucro líquido de R\$ 41.265 mil.

Gestão de Riscos

As atividades desenvolvidas pelo HSBC envolvem o dimensionamento, a avaliação, a aceitação e o gerenciamento de algum grau de risco ou de uma combinação de riscos. As categorias de risco mais importantes a que o HSBC está exposto são representadas por: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado (incluindo risco de câmbio e taxa de juros) e risco operacional.

A estrutura de gestão de riscos estabelecida pelo Grupo visa fomentar o monitoramento contínuo do ambiente de risco associado a uma avaliação integrada dos riscos e suas interdependências. Através de um processo consolidado de governança corporativa o HSBC garante uma gestão efetiva de todos os riscos inerentes aos negócios no Brasil, conforme orientações das administrações regional e global da organização.

O HSBC revisa e atualiza regularmente suas políticas e sistemas de gestão de risco de forma a refletir mudanças nos mercados e produtos, além da condução dos seus negócios segundo as melhores práticas.

O conceito de responsabilidade pessoal, enfatizado pela estrutura de governança do Grupo, é difundido através de treinamentos e orientações que reforçam a propagação de uma cultura construtiva e disciplinada, onde a gestão de riscos é responsabilidade de todos os colaboradores, aos quais cabe identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos.

Três linhas de defesa são adotadas para gerenciar o modelo de gestão de responsabilidades e controle de risco. A primeira linha de defesa é responsável pelo risco e por identificar, registrar e reportar apropriadamente, garantindo os corretos procedimentos e avaliação afim de mitigá-lo. A segunda linha de defesa estabelece as regras e políticas para gerenciar riscos de determinadas áreas, fornecendo conselhos e orientação, testando a primeira linha em relação ao gerenciamento efetivo. Já a terceira é a auditoria interna, que fornece parecer independente e objetiva da adequação a eficácia operacional da estrutura e controle de gerenciamento do risco do Grupo no processo de governança.

Padrões Globais

Temos o compromisso de desenvolver padrões globais moldados pelos mais altos e eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros disponíveis nas jurisdições onde o HSBC opera e implantá-los consistentemente em escala global.

Por definição, o impacto dos padrões globais abrange toda a organização e os principais meios pelos quais aplicamos consistentemente elevados padrões se dá através da aplicação universal dos Valores do HSBC, sistemas de governança robustos e dos comportamentos, desempenho e reconhecimento de todos os nossos colaboradores na gestão de relacionamentos de alta qualidade com nossos clientes.

Nossos valores consistem em estarmos abertos a diferentes idéias, culturas e valores, estarmos conectados aos nossos clientes, comunidade e reguladores, em sermos confiáveis, defendendo o que é certo e cumprindo com nossos compromissos.

Nosso propósito é estar onde o crescimento está, possibilitando os negócios prosperarem e as economias crescerem, com o objetivo final de ajudar as pessoas a realizarem suas expectativas e ambições. Adicionalmente, temos a aspiração de definir o padrão da indústria com relação a conhecer nossos clientes e detectar, impedir e proteger contra crimes financeiros. Como os mercados internacionais tendem a se tornar mais interligados e complexos e como ameaças ao sistema financeiro global tendem a crescer, estamos fortalecendo ainda mais as políticas e práticas que regem a forma como fazemos negócios e com quem.

Temos focado em continuar com a aplicação dos nossos padrões e em nossa capacidade de identificar e assim evitar o uso indevido e abuso do sistema financeiro, através de nossas redes tomamos ações imediatas para fortalecer nossos processos de governança e nos comprometemos a adotar e aplicar os mais elevados ou mais eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros em todo o HSBC.

Continuamos a reforçar tanto o status como a importância de *compliance* e aderência aos nossos padrões globais através da construção de fortes controles internos, desenvolvendo capacidades de classe mundial através da comunicação, treinamento e programas de garantia para termos certeza que os funcionários entendam e possam assumir suas responsabilidades, e redesenhar elementos fundamentais de como nós avaliamos e recompensamos os executivos seniores.

Padrões nos permitem:

- Fortalecer a nossa resposta à ameaça constante de crime financeiro;
- Tornar consistente e, portanto, simplificar as maneiras pelas quais nós fiscalizamos e impomos altos padrões no HSBC;
- Reforçar as políticas e processos que regem a forma como fazemos negócios e com quem e;
- Garantir que nós sempre aplicamos os Valores do HSBC.

Desde 2014 o Grupo HSBC tem reforçado ainda mais a estrutura da área de *Compliance* e vem implementando diversas ações para mitigação de riscos de clientes, produtos e operações. Três programas fundamentais estão sendo continuados, com o propósito de aprimorar o conhecimento sobre os nossos clientes, fortalecer o combate à lavagem de dinheiro e assegurar o respeito às sanções e o combate à corrupção.

Risco de Mercado

A administração do risco de mercado do HSBC tem o objetivo de manter as posições do banco em linha com o perfil de exposição a risco de mercado determinado pelo Grupo HSBC, ao mesmo tempo em que busca o melhor atendimento possível às demandas de seus clientes.

A área de Tesouraria é responsável pela gestão do risco de mercado onde os limites aprovados pela Diretoria Administrativa do Grupo servem de referência. Estes são definidos de acordo com os tipos de carteira, os produtos negociados e os fatores de risco, levando-se sempre em consideração o risco de liquidez.

Uma vasta gama de ferramentas é utilizada para monitorar e limitar as exposições aos fatores de risco de mercado. Pode-se destacar análises de sensibilidade, testes de estresse e diversas medidas de Valor ao Risco (VaR).

Risco de Crédito

A cultura de gerenciamento do risco de crédito do Grupo HSBC em todos os países e regiões onde atua é dedicada a atingir e manter os seus ativos em alto grau de qualidade. Isso requer padrões elevados de profissionalismo e disciplina aplicados consistentemente na gestão do risco de crédito. Essa cultura universal é essencial para o sucesso no controle e no gerenciamento de risco buscando minimizar as perdas de crédito e aumentar o retorno sobre o risco ajustado, contribuindo assim para o sucesso geral da organização.

A área responsável pelo Risco de Crédito segue as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva e pelo Grupo HSBC através da elaboração e manutenção das políticas e do manual de crédito locais, assim como o estabelecimento e monitoramento de controles de acompanhamento. De acordo com alçadas delegadas pela Diretoria Executiva, a área de Risco de Crédito avalia e autoriza a realização de transações de acordo com as políticas vigentes, de forma independente da área de Negócios.

Gestão de Risco Operacional

A gestão de risco operacional é considerada essencial pelo HSBC para a manutenção de um ambiente de risco robusto que permita o bom desenvolvimento dos negócios, dentro do apetite de risco estabelecido, atingindo resultados sustentáveis.

A estrutura de gerenciamento de riscos operacionais está em conformidade com a Resolução CMN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, e demais normativos aplicáveis estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional-CMN e pelo Banco Central do Brasil-BACEN.

Gerenciamento de capital

De acordo com a Resolução CMN nº 3.988 de 30 de junho de 2011, as principais atribuições da área de gerenciamento de capital são mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação da empresa; utilizar sistemas adequados para o monitoramento das posições de capital assim como avaliar a adequação de capital face aos riscos assumidos e planejados de acordo com o plano anual de capital aprovado pelo Banco de Investimento. A abordagem de gerenciamento de capital do Banco de Investimento é orientada por suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação aplicável e o ambiente econômico e de negócios em que opera.

Controles Internos e Compliance

O Banco de Investimento conta com sua estrutura de controles internos, principal responsável por implementar e disseminar a cultura de controles e uma estrutura de *compliance*, para assegurar que seus administradores e gestores atentem para o fiel cumprimento dos regulamentos e normas aplicáveis aos seus negócios, de acordo com a resolução nº 2.554, de 24 de setembro de 1998, do CMN, e alterações posteriores, a qual trata da estrutura de controles internos aplicáveis às instituições financeiras, bem como às demais normas e regulamentos que tratam da conduta da instituição, principalmente em questões que envolvem o tratamento adequado e transparente aos clientes, órgãos reguladores, demais autoridades e práticas de mercado em geral.

Foram dispensados cuidados adicionais para a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, com especial observância ao disposto na Lei nº 9.613, de 3 de Março de 1998, e alterações posteriores (Lei 12.683 de 09 de Julho de 2012), bem como às normas complementares estabelecidas pelo COAF e BACEN, incluindo a Circular nº 3.461 de 24 de Julho de 2009. Todos os procedimentos e políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo são supervisionados pelo Chefe de Prevenção à Lavagem de Dinheiro com suporte da equipe de monitoramento de clientes e transações do Grupo HSBC no Brasil.

Acordo de Ação Penal Diferido (DPA)

Em outubro de 2010, o HSBC Bank USA acatou uma ordem de cessação imposta pelo OCC (*Office of the Comptroller of the Currency*) e o controlador indireto da companhia, a HNAH (*HSBC North America Holdings*), acatou uma ordem de cessação imposta pelo Conselho do Banco Central Americano (*Federal Reserve Board*) ("Ordem" no singular e "Ordens" no conjunto). Essas Ordens exigiram melhorias com o estabelecimento de um programa efetivo de gestão de risco de *compliance* nos negócios americanos do HSBC, incluindo vários assuntos relacionados à *compliance* com a Lei de Sigilo Bancário (*Bank Secrecy Act*) ("BSA"), e o combate à lavagem de dinheiro (AML). O HSBC Bank USA atualmente não está em *compliance* com as ordens do OCC. Ações e medidas vêm sendo implementadas para endereçar as exigências das Ordens.

Em dezembro de 2012, a HSBC Holdings, HNAH e HSBC Bank USA ("HBUS") celebraram acordos de ajuste de conduta com agências governamentais dos Estados Unidos e Reino Unido com relação ao uso de políticas inadequadas de *compliance* quanto às normas previstas na Lei de Sigilo Bancário (*Bank Secrecy Act*) ("BSA"), normas de combate à lavagem de dinheiro e crimes financeiros - ou sanções (*Sanctions Law*). Dentre os acordos celebrados, o HSBC Holdings e o HSBC Bank USA celebraram um acordo de cinco anos de diferimento de ajuizamento de Ação Penal com, entre outros, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (o "US DPA"); e o HSBC Holdings acatou uma ordem de cessação, e o HSBC Holdings e HNAH acataram a aplicação de uma multa pecuniária pelo Conselho do Banco Central (*Federal Reserve Board*) ("FRB"). O HSBC Holdings também celebrou um acordo com o Departamento de Controle de Ativos Estrangeiros ("OFAC") com relação a transações históricas envolvendo partes sujeitas a sanções da OFAC e um termo de responsabilidade com a Autoridade de Serviços Financeiros do Reino Unido (*UK Financial Services Authority - FCA*) para cumprir com certas obrigações futuras relacionadas à lavagem de dinheiro e sanções. Adicionalmente, o HSBC Bank USA acatou a aplicação de uma multa pecuniária pelo FinCen (*Financial Crimes Enforcement Network*) e uma multa pecuniária separada com o OCC.

Por força destes acordos, o HSBC Holdings e o HSBC Bank USA realizaram pagamentos totalizando US\$ 1,9 bilhões às autoridades norte-americanas, e assumiu várias obrigações adicionais, incluindo, dentre outras, a continuar a cooperar de maneira irrestrita com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos em todas as investigações, a não cometer qualquer crime sob a lei federal dos Estados Unidos após a assinatura do acordo, e a manter um monitor de *compliance* independente ("Monitor"). Em Fevereiro de 2017, o Monitor entregou o seu terceiro relatório de revisão.

Por meio de suas revisões em cada país, o Monitor identificou potenciais problemas de *compliance* com normas de combate à lavagem de dinheiro e crimes financeiros as quais o HSBC está revisando em maiores detalhes com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, com o Conselho do Banco Central (*Federal Reserve Board*) e/ou com a Autoridade de Serviços Financeiros do Reino Unido (*UK Financial Services Authority - FCA*). Adicionalmente, conforme mencionado nesta Nota, o HSBC é sujeito de outras investigações e revisões em curso conduzidas pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos. O HSBC Bank plc também está sendo investigado pelo FCA no que diz respeito a sua conformidade com os regulamentos de combate à lavagem de dinheiro do Reino Unido e aos requerimentos de controles e sistemas relacionados ao crime financeiro.

O HSBC Bank USA também celebrou dois compromissos de cessação de conduta com o OCC requerendo a correção das circunstâncias e condições mencionadas no relatório de investigação desta autoridade impondo certas restrições sobre o HBUS na aquisição direta ou indireta de controle de, ou participação em, qualquer subsidiária financeira nova, ou na inclusão de novas atividades em suas subsidiárias financeiras existentes, sendo necessária obter para tal a aprovação prévia do OCC.

Os acordos com autoridades dos Estados Unidos e do Reino Unido não impedem a propositura de ações por parte de entidades privadas arguindo ou questionando, entre outras coisas, as políticas de *compliance* do Grupo HSBC e o cumprimento por parte do Grupo das políticas e normas de combate à lavagem de dinheiro, cumprimento das leis de sigilo bancário aplicáveis, e demais sanções desta natureza mesmo que não estejam previstos expressamente nos acordos.

Em maio de 2014, um acionista do HSBC Holdings ("Autor") propôs ação subsidiária em nome do HSBC Holdings, HSBC Bank USA, HNAH e HSBC USA Inc. ("Grupo HSBC") em face de então atuais e ex-diretores e executivos ("Réus") das referidas empresas perante a Suprema Corte do Estado de Nova Iorque. O Autor alega que os indivíduos Réus violaram os seus deveres fiduciários perante o Grupo HSBC e causaram a perda de ativos corporativos por supostamente permitir e/ou causar a conduta subjacente ao DPA norte-americano. Em novembro de 2015, a Suprema Corte do Estado de Nova Iorque deferiu o pedido de extinção da ação. O Autor recorreu da decisão.

Em julho de 2014, um grupo de investidores em ações ordinárias do HSBC e ADSs (sigla de *American Depositary Shares*), adquiridas entre julho de 2006 e julho de 2012, propuseram ação indenizatória em face do HSBC Holdings e um ex-funcionário da empresa perante o Tribunal de Justiça de Ontário. Os Autores buscam indenização material de aproximadamente CA\$ 20 bilhões. Alegam que os Réus violaram precedentes legais e a legislação estatutária ao incluírem declarações falsas em documentos divulgados pelo HSBC Holdings e sua subsidiária, HSBC Bank Canada, com relação ao cumprimento da BSA, AML, sanções e outras leis.

Desde novembro de 2014, quatro ações foram propostas perante os Juízos Distritais Federais de Nova Iorque, Illinois e Texas, contra várias empresas do HSBC e outras partes cujos autores são, eles próprios ou pessoas a eles relacionadas, vítimas de ataques terroristas no Iraque, Jordânia e da violência de cartéis no México. Em cada caso, alega-se que os réus auxiliariam e incentivaram uma conduta ilegal de vários grupos sancionados em violação a Lei Antiterrorismo dos Estados Unidos. Essas ações encontram-se em estágio inicial.

Com base nos fatos atualmente conhecidos, não é possível ao HSBC, neste momento, prever o resultado das mencionadas ações, incluindo a duração ou qualquer impacto possível sobre o HSBC, que pode ser significativo.

Demonstrações Financeiras

A Diretoria revisou em agosto de 2017 as demonstrações financeiras do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento de 30 de junho de 2017, conferindo a transparência e qualidade, bem como confirmando a veracidade e integridade das informações apresentadas.

A Diretoria aprovou em 22 de agosto de 2017 estas demonstrações financeiras.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes e usuários pela escolha do HSBC, aos colaboradores pela dedicação constante e às autoridades e ao público em geral pela atenção dispensada.

São Paulo, 25 de agosto de 2017

A Diretoria

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017 e 2016

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Ativo	Nota	2017	2016
Circulante		375.315	792.102
Disponibilidades		13.345	1.522
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	134.120	786.000
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar		134.120	786.000
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	209.157	-
Livres		16.950	-
Vinculados a Prestação de Garantias		174.730	-
Instrumentos financeiros derivativos		17.477	-
Outros créditos - Diversos	6	18.613	4.580
Negociação e intermediação de valores		869	-
Diversos		17.744	4.580
Outros valores e bens - Despesas antecipadas		80	-
Realizável a longo prazo		896.892	864.612
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	859.509	830.874
Carteira própria		555.110	830.874
Vinculados à Prestação de Garantias		303.152	-
Instrumentos financeiros derivativos		1.247	-
Outros créditos - Diversos	6	37.383	33.738
Permanente		11.003	11.881
Investimentos - obras de arte	10	10	-
Imobilizado de uso	7	10.706	11.501
Outras imobilizações de uso		13.071	12.135
(Depreciações Acumuladas)		(2.365)	(634)
Intangível	8	287	370
Ativos Intangíveis		411	411
(Amortizações Acumuladas)		(124)	(41)
Total		1.283.210	1.668.595
Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		53.177	77.562
Depósitos Interfinanceiros	10	11.339	-
Instrumentos financeiros derivativos		1.104	-
Outras obrigações	9	40.734	77.562
Sociais e estatutárias		857	4.552
Fiscais e previdenciárias		16.352	39.672
Negociação e intermediação de valores		1.381	-
Diversas		22.144	33.338
Exigível a longo prazo		127.801	46.121
Instrumentos financeiros derivativos		49.581	-
Outras obrigações		78.220	46.121
Fiscais e previdenciárias		58.961	31.698
Diversas		19.259	14.423
Patrimônio líquido		1.102.232	1.544.912
Capital social - De domiciliados no País		919.248	1.440.605
Reservas de lucros		131.233	65.566
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos e valores mobiliários		51.751	38.741
Total		1.283.210	1.668.595

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social realizado	Reservas de lucros		Avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2016	775.277	15.525	12.070	(4.900)	-	797.972
Aumento de capital	665.328	-	-	-	-	665.328
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	-	43.641	-	43.641
Baixa de dividendos prescritos	-	-	3	-	-	3
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	37.968	37.968
Destinações propostas pela Diretoria:	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	-	1.892	36.076	-	(37.968)	-
Saldos em 30 de junho de 2016	1.440.605	17.417	48.149	38.741	-	1.544.912
Mutações do semestre	665.328	1.892	36.079	43.641	-	746.940
Saldos em 1º de janeiro de 2017	919.248	20.436	69.532	44.313	-	1.053.529
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	-	7.438	-	7.438
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	41.265	41.265
Destinações propostas pela Diretoria:	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	-	2.063	39.202	-	(41.265)	-
Saldos em 30 de junho de 2017	919.248	22.499	108.734	51.751	-	1.102.232
Mutações do semestre	-	2.063	39.202	7.438	-	48.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

	Nota	2017	2016
Receitas da intermediação financeira		101.122	90.965
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		71.039	90.965
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		29.634	-
Resultado de operações de câmbio		449	-
Despesas da intermediação financeira		(517)	-
Operações de captação no mercado		(517)	-
Resultado bruto da intermediação financeira		100.605	90.965
Outras receitas (despesas) operacionais		(27.554)	(19.241)
Receitas de prestação de serviços	13	21.674	-
Despesas de pessoal	14	(32.908)	(25.005)
Outras despesas administrativas	16	(12.163)	(5.172)
Despesas tributárias	17	(4.254)	(4.284)
Outras receitas operacionais	18	1.038	16.570
Outras despesas operacionais	18	(941)	(1.350)
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro		73.051	71.724
Imposto de renda e contribuição social	19	(30.511)	(33.084)
Corrente		(16.864)	(42.528)
Diferido		(13.647)	9.444
Participações no lucro		(1.275)	(672)
Lucro líquido do semestre		41.265	37.968
Lote de mil ações do capital		882.859	882.859
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		46,74	43,01
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
	Nota	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido do semestre		41.265	37.968
Ajustes ao lucro líquido:			
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos		13.647	(9.444)
Depreciação e amortização do imobilizado de uso		937	675
Provisão para passivos contingentes	20.b	186	20
Lucro líquido do semestre ajustado		56.035	29.399
Variação de ativos e passivos:			
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(102.675)	(72.884)
(Aumento) em outros créditos		(24.499)	(5.997)
(Aumento) em outros			

1. Contexto operacional

O HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento ("Banco de Investimento") é uma subsidiária do HSBC Brasil Holding S.A., autorizada a operar com a prática de operações bancárias, financeiras e de crédito, ativas, passivas e acessórias inerentes às atividades de Banco de Investimento, inclusive, mas não limitando a operações de câmbio, administração de carteira de valores mobiliários, distribuição de valores mobiliários e a prática de operações de compra e venda, por conta própria ou de terceiros, de metais preciosos e de capital, conforme devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme o caso, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Banco de Investimento poderá participar de quaisquer outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, observadas as normas do Banco Central do Brasil.

Os principais eventos ocorridos no período foram:

- Em 05 de janeiro de 2016 foi publicada no Diário Oficial da União a autorização concedida pelo Banco Central do Brasil para alteração do objeto social para banco de investimento. Anteriormente o HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento possuía a denominação HSBC Leasing Arrendimento Mercantil (Brasil) S.A.).

- Em 08 de junho de 2016 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a venda das operações do HSBC no Brasil ao Banco Bradesco S.A. Essa decisão concluiu o processo de aprovações regulatórias para a transação, após as autorizações do Banco Central do Brasil (BACEN) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em decorrência do processo de mudança de controle societário do HSBC Bank Brasil S.A. e subsidiárias, a partir de 1º de julho de 2016 o HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento tornou-se a única instituição financeira do Grupo HSBC com atuação em território brasileiro.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN").

As demonstrações financeiras do Banco de Investimento foram aprovadas pela Diretoria em 22 de agosto de 2017.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional do Banco de Investimento é o Real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

c. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, a provisão para credores de liquidação duvidosa e as provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido as imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco de Investimento revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

d. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias da data de contratação e apresentem risco insignificante de mudança de valor.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Foram registradas pelos valores de aplicação ou de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data de balanço.

f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

I. Conforme previsto na Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários foram classificados na seguinte categoria:

Títulos disponíveis para venda - são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Ajuste ao valor de mercado", líquido dos efeitos tributários.

II. Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados pelos seus valores de mercado e o registro da valorização ou da desvalorização desse ajuste a valor de mercado foi reconhecido no resultado.

Os derivativos são reconhecidos e subsequentemente reavaliados a valor de mercado. O valor de mercado de derivativos negociados em bolsa é obtido através de preços cotados no mercado. O valor de mercado de derivativos negociados no mercado de balcão é obtido através de técnicas de avaliação, incluindo modelos de fluxos de caixa descontados.

Os derivativos são classificados como ativo quando o valor de mercado é positivo ou como passivo quando o valor de mercado é negativo. O reconhecimento dos ganhos e perdas com valor de mercado depende da classificação dos derivativos (mantidos para negociação ou designados como instrumentos de hedge). Para fins dessa demonstração, o Banco de Investimento possui apenas derivativos mantidos para negociação.

g. Outras operações ativas e passivas

As demais operações ativas e passivas estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, se aplicável, calculados "pro rata" dia.

h. Imposto de renda contribuição social

O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% (quando aplicável), e a contribuição social foi calculada à alíquota de 15%, sobre o lucro antes do imposto de renda, até agosto de 2015 e à alíquota de 20% entre setembro de 2015 e junho de 2017, ajustado na forma da legislação.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias" e refletidas no resultado do período ou, quando aplicável, no patrimônio líquido.

Para esses ativos considera-se a expectativa de realização em prazo razoável de tempo, não superior ao permitido pela legislação existente.

i. Depósitos interfinanceiros

As operações pós-fixadas foram registradas "pro rata" dia e retificadas pela conta de despesas a apropriar até a data do balanço.

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos semelhantes apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

k. Imobilizado de uso

Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição deduzido das depreciações. As depreciações foram calculadas pelo método linear, aplicando-se as seguintes taxas anuais, que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens: equipamentos de uso, sistemas de comunicação e segurança - 10%; sistemas de processamento de dados - 20%. Os gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros estão sendo amortizados de acordo com o prazo do respectivo contrato de aluguel.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

I. Intangível

Os ativos intangíveis são amortizados pelo período que representa a melhor expectativa de prazo de geração de benefícios econômicos à entidade e contabilizados em despesas administrativas.

m. Pagamento baseado em ações

O Banco de Investimento dispõe de pagamento baseado em ações liquidado em dinheiro como forma de remuneração de serviços prestados por colaboradores.

Para os pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro, os serviços adquiridos e passivos incorridos são mensurados ao valor justo do passivo e reconhecidos quando os colaboradores prestam serviço à empresa. Até a liquidação, o valor justo do passivo é reavaliado e mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no resultado.

O valor justo dos prêmios líquidos em dinheiro e convertido de cada período é calculado com base no valor de mercado das ações da HSBC Holdings, convertido em reais.

Um cancelamento que ocorre durante o período de aquisição é tratado como uma aceleração da aquisição, sendo reconhecido de imediato no resultado o montante que de outra forma seria reconhecido ao longo do período de carência.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2017			2016	
	Até 3 meses de 1 ano	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Total
Aplicações no Mercado					
Posição bancada	134.120	-	-	134.120	786.000
Total	134.120	-	-	134.120	786.000
Circulante				134.120	786.000

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos disponíveis para a venda

Em 30 de junho de 2017, a carteira de títulos e valores mobiliários do Banco de Investimento está classificada como títulos disponíveis para venda, sendo apresentada conforme tabela abaixo:

	2017				2016		
	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Efeito no patrimônio líquido	Efeito no patrimônio líquido
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	-	-	3.121	3.121	3.123	(2)	2.764
Letras do Tesouro Nacional	191.680	374.181	113.273	679.134	636.358	42.776	484.363
Notas do Tesouro Nacional - F	-	-	367.687	367.687	316.368	51.319	343.747
Total	191.680	374.181	484.081	1.049.942	955.849	94.093	830.874
Circulante				191.680	-		-
Longo Prazo				858.262	-		830.874
Efeitos tributários						(42.342)	(31.697)
Total						51.751	38.741

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data de balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores serão estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definição de preços, modelos de cotações ou cotação de preços para instrumentos com características semelhantes.

b. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco de Investimento participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a atender às necessidades de seus clientes.

O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado através do estabelecimento de políticas operacionais, determinação de limites e do monitoramento constante das posições assumidas, as quais foram valorizadas com base nas taxas médias divulgadas por fontes independentes como a B3, Reuters e Bloomberg.

Derivativos são instrumentos financeiros que derivam o seu valor a partir do preço de itens subjacentes, tais como ações, taxas de juros, taxas de câmbio, mercadorias e índices. Derivativos permitem aos usuários aumentar, reduzir ou alterar sua exposição a riscos. Derivativos são mensurados ao valor justo e demonstrados no balanço patrimonial separando-se os totais de ativos e passivos.

A carteira de instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2017 e 2016 estava apresentada como segue:

	Ativo			Passivo			
	2017	2016		2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total	Total
Outros créditos							
Swaps	17.334	1.247	18.581	-	924	49.581	50.505
NDF	143	-	143	-	180	-	180
Futuros	869	-	869	-	1.380	-	1.380
Total	18.346	1.247	19.593	-	2.484	49.581	52.065

A margem dada em garantia das operações de instrumentos financeiros derivativos na clearing de derivativos é composta por títulos públicos federais no montante de R\$ 477.882 (R\$ 0 em 2016).

	2017				2016		
	Valor a receber/pagar			Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado		Valor de mercado
	Vencimento		Valor de referência		Efeito no resultado	Valor de mercado	
	Valor de referência	Até 3 meses	Superior a 1 ano	Valor de mercado	Valor do custo atualizado	Efeito no resultado	Valor de mercado
Swaps							
Posição ativa							
CDI	850.167	-	17.334	1.247	18.581	18.923	(342)
Posição passiva							
USD	1.489.589	-	924	49.581	50.505	55.389	(4.884)
NDF							
Posição ativa							
USD	247.725	143	-	-	143	(682)	825
Posição passiva							
USD	48.870	-	180	-	180	(134)	314
Futuros							
Posição ativa							
DJ	519.102	533	-	-	533	-	533
Moeda Estrangeira	819.124	334	-	-	334	-	334
Venda	2.495	2	-	-	2	-	2
Posição passiva							
DI	246.903	-	-	-	-	-	-
Moeda Estrangeira	1.470.659	1.139	-	-	1.139	-	1.139
Venda	387.529	241	-	-	241	-	241

Instrumentos financeiros derivativos por contraparte

	Valor de referência			2016		
	2017		Total	2017		Total
Descrição	Cientes	Instituições financeiras		Cientes	Instituições financeiras	
Swaps	2.219.756	120.000	2.339.756	-	2.339.756	
NDFs	296.595	-	296.595	-	296.595	
Contratos de futuros (*)	-	3.445.812	3.445.812	-	3.445.812	
Total	2.516.351	3.565.812	6.082.163	-	-	

(*) Referem-se às operações que tenham como contraparte a B3.

Instrumentos financeiros derivativos por mercado de negociação

	Valor de referência			2016		
	2017		Total	2017		Total
Descrição	Bolsa	Balcão		Bolsa	Balcão	
Swaps	-	2.339.756	2.339.756	-	2.339.756	
NDFs	-	296.595	296.595	-	296.595	
Contratos de futuros	3.445.812	-	3.445.812	-	3.445.812	
Total	3.445.812	2.636.351	6.082.163	-	-	

6. Outros créditos e outras obrigações - Diversos

A composição dos saldos de outros créditos e outras obrigações está demonstrada a seguir:

	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Outros créditos				
Adiantamento e antecipação salarial	1.023	-	-	-
Créditos tributários (Nota 19.c)	2.099	15.886	2.130	11.976
Devedores por depósitos em garantia (*)	-	21.042	-	20.896
Imposto de renda a compensar e a recuperar	1.758	-	2.439	-
Valores a receber de sociedades ligadas	12.795	-	-	-
Outros	69	455	11	866
Total	17.744	37.383	4.580	33.738
Outras obrigações				
Provisão para pagamentos a efetuar (**)	20.717	10.583	29.264	4.713
Provisão para passivos contingentes (Nota 20.a) (**)	-	8.676	-	8.914
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	-	3.781	-
Outras	1.427	-	293	796
Total	22.144	19.259	33.338	14.423

(*) O Banco de Investimento mantém valores depositados em juízo, determinados por diversas instâncias judiciais, aguardando a decisão definitiva desses processos. Este montante é composto, materialmente, por processos fiscais de imposto de renda e contribuição social, cujas provisões estão apresentadas na nota explicativa 20.

(**) Refere-se principalmente a provisões para despesas de pessoal, incluindo encargos.

(***) Em conformidade com a Carta-Circular no 3.782/16 do BACEN, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

7. Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é composto por:

	Taxa anual	2017			2016
		Custo	Depreciação	Valor residual	Valor residual
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	7.778	(1.048)	6.730	6.280
Sistemas de segurança e comunicações	10%	4.336	(1.035)	3.301	4.140
Sistemas de processamento de dados	20%	957	(282)	675	774
Imobilizações em curso	-	-	-	-	307
Total		13.071	(2.365)	10.706	11.501

8. Intangível

a) Os ativos intangíveis são compostos por:

	Taxa anual	2017			2016
		Custo	Amortização	Valor residual	Valor residual
Softwares adquiridos de terceiros	20%	411	(124)	287	370

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Saldo em 31/12/2016	2017			Saldo em 30/06/2017
		Aquisições	Baixas	Amortizações no período	
Softwares adquiridos de terceiros	328	-	-	(41)	287

	Saldo em 31/12/2015	2016			Saldo em 30/06/2016
		Aquisições	Baixas	Amortizações no período	
Softwares adquiridos de terceiros	-	411	-	(41)	370

9. Fiscais e previdenciárias

As obrigações fisca

15. Pagamento baseado em ações

Durante o ano de 2017 foi reconhecido R\$ 2.233 em Despesa de Pessoal no Banco de Investimento em relação às transações de pagamentos baseados em ações. Essa despesa, mensurada com base no valor justo das transações de pagamentos baseados em ações, decorre de acordos celebrados com certos colaboradores do Banco de Investimento em conformidade com a estrutura de remuneração da empresa. Os prêmios em ações são concedidos com base nas ações do HSBC Holdings plc.

Cálculo do valor justo

O valor justo dos prêmios ao término de cada período é calculado com base no valor de mercado das ações da HSBC Holdings, convertido em reais.

Prêmios em ações para situações restritas

Prêmios em ações para situações restritas são concedidos para empregados com base em desempenho, potencial e necessidade de retenção, em recrutamentos ou como parte diferida do bônus anual. Os prêmios são concedidos sem restrições quanto ao desempenho financeiro do Grupo HSBC e geralmente tornam-se em direito entre um e três anos contados da data da concessão do prêmio, considerando-se que os titulares estiveram empregados no Grupo HSBC no período.

	2017	2016 (**)
	Quantidade de ações	Quantidade de ações
Em 1º de Janeiro	333.815	-
Transferidas no período (*)	-	317.308
Concedidas no período	151.994	-
Liberadas no período	(136.398)	-
Em 30 de Junho	349.411	317.308

(*) Provisão para remuneração baseada em ações transferida do HSBC Bank Brasil S.A. para o HSBC Brasil S.A.- Banco de Investimento juntamente com a transferência dos colaboradores conforme descrito na Nota 14.

(**) Quantidade de ações de 2016 foi reajustada para desconsiderar os benefícios de *deferred cash*.

A média ponderada do valor justo dos prêmios baseados em ações, concedidos pelo Banco de Investimento em 2017, foi de R\$ 25,04 (R\$ 25,45 em 2016).

O passivo constituído referente a transações de pagamentos baseados em ações foi de R\$ 7.392 (R\$ 7.673 em 2015).

Prêmios em opções de ações

Não houve despesa com prêmios em opções de ações no Banco de Investimento em 2017 e 2016.

16. Outras despesas administrativas

A composição de outras despesas administrativas está demonstrada conforme segue:

	2017	2016
Processamento de dados	(3.252)	(1.082)
Serviços técnicos especializados	(2.772)	(435)
Aluguel do escritório	(980)	-
Despesa de depreciação e amortização	(937)	(676)
Manutenção predial	(862)	(849)
Serviços do sistema financeiro	(770)	(102)
Manutenção hardware	(648)	(509)
Despesas de comunicações	(265)	(61)
Promoções e relações públicas	(249)	(8)
Condomínio	(234)	(220)
Despesas com viagens	(217)	-
Publicações	(138)	(31)
Serviços de terceiros	(85)	(240)
Material	(52)	(65)
Emolumentos e gastos legais	(5)	(14)
Propaganda e publicidade	(2)	(75)
Despesa contrato compartilhamento de custos	-	(381)
Outras	(695)	(424)
Total	(12.163)	(5.172)

17. Despesas Tributárias

A composição das despesas tributárias está demonstrada conforme segue:

	2017	2016
Despesas de contribuição ao COFINS	(3.495)	(3.639)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	(601)	(593)
Outras despesas tributárias	(158)	(52)
Total	(4.254)	(4.284)

18. Outras receitas e despesas operacionais

A composição de outras receitas e outras despesas operacionais está demonstrada da seguinte forma:

	2017	2016
Outras receitas		
Recuperação de despesas e encargos	-	12.696
Reversão de provisões operacionais	476	3.133
Atualização monetária de depósitos judiciais	479	741
Outras	83	-
Total	1.038	16.570
Outras despesas		
Varição monetária sobre impostos	(744)	(492)
Outros	(197)	(858)
Total	(941)	(1.350)

Alexandre de Barros Cruz e Guião

Diretor-Presidente

Alexandre Maciel Thorpe

Diretor

Caio Cezar Banti

Diretor

Tiago Ezao Pereira Bento

Diretor

Sergio Luiz Rose

Contador CRC PR-064247/O-3 "T" SP

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
19. Imposto de renda e contribuição social
a. Encargos devidos sobre as operações do período

Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre as operações dos períodos:

	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após participações no lucro)	71.776	71.052
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas mencionadas (*)	(32.299)	(31.973)
(Adições)/exclusões permanentes	(37)	-
Incentivos fiscais e adicional de Imposto de Renda	120	46
Outros ajustes	1.705	(1.157)
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do semestre	(30.511)	(33.084)

(*) O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 20%.

b. Composição da conta de despesas com imposto de renda e contribuição social

	2017	2016
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(16.864)	(42.528)
Impostos diferidos		
Constituição no período, sobre adições temporárias	(13.647)	9.444
Total	(30.511)	(33.084)

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldos em 31/12/2016	Constituição (realização) líquida	Saldos em 30/06/2017
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo			
Provisão para contingências fiscais	1.994	95	2.089
Gratificações e participações no resultado	12.610	(4.312)	8.298
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	2.842	2.849	5.691
Provisão para honorários advocatícios	542	(26)	516
Outras	156	1.234	1.390
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	18.144	(160)	17.984

	2017	2016	
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	2	(1)	1
Total dos créditos tributários ativos	18.146	(161)	17.985
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo			
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	(36.259)	(6.084)	(42.343)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(3.131)	(13.487)	(16.618)
Total dos créditos tributários passivos	(39.390)	(19.571)	(58.961)
Créditos tributários líquidos	(21.244)	(19.732)	(40.976)

	Saldos em 31/12/2015	Constituição (realização) líquida	Saldos em 30/06/2016
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo			
Gratificações e participações no resultado	-	9.379	9.379
Provisão para contingências fiscais e cíveis	1.990	81	2.071
Outras	541	(16)	525
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.531	9.444	11.975
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	4.046	(4.045)	1
Total dos créditos tributários ativos	6.577	5.399	11.976
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo			
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	(37)	(31.661)	(31.698)
Total dos créditos tributários passivos	(37)	(31.661)	(31.698)
Total dos créditos tributários líquidos	6.540	(26.262)	(19.722)

	Saldos em 31/12/2015	Constituição (realização) líquida	Saldos em 30/06/2016
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo			
Gratificações e participações no resultado	-	9.379	9.379
Provisão para contingências fiscais e cíveis	1.990	81	2.071
Outras	541	(16)	525
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.531	9.444	11.975
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	4.046	(4.045)	1
Total dos créditos tributários ativos	6.577	5.399	11.976
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo			
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	(37)	(31.661)	(31.698)
Total dos créditos tributários passivos	(37)	(31.661)	(31.698)
Total dos créditos tributários líquidos	6.540	(26.262)	(19.722)

Ano	2017		Total	2016
	Diferenças Temporárias	Contribuição Social		
2016	-	-	-	3.158
2017	1.312	787	2.099	5.224
2018	5.071	3.043	8.114	1.368
2019	1.810	1.086	2.896	878
2020	2.099	1.259	3.358	83
2021	392	235	627	194
2022	103	62	165	262
2023	103	62	165	348
2024	87	52	139	389
2025	137	82	219	72
2026	127	76	203	-
Total	11.241	6.744	17.985	11.976

O valor presente dos créditos tributários, considerando a expectativa da taxa pré-fixada em Reais, de 8,95% à 10,87% a.a., líquida dos efeitos tributários, é de R\$ 14.683 de diferenças temporárias.

Diretoria em 30 de junho de 2017
Relatório dos Auditores Independentes
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

a. Créditos tributários não ativados

O Banco de Investimento não possuía créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2017 e 2016.

20. Passivos contingentes e obrigações legais

O Banco de Investimento é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e fiscais.

a. Composição das provisões

As provisões para contingências cíveis e fiscais são constituídas a partir da avaliação individual dos riscos, apurados por consultores jurídicos internos e externos, sendo representadas principalmente por processos judiciais e administrativos envolvendo tributos federais, estaduais e municipais.

Contingências cíveis: ações de cobrança de danos materiais e morais, tais como impactos de planos econômicos, registro de informações em cadastros de restritivos e outros.

Contingências fiscais: processos judiciais e administrativos envolvendo tributos federais, estaduais e municipais.

As ações cíveis foram assumidas pelo HSBC Bank Banco Múltiplo S.A. quando da assinatura do contrato de cessão da carteira de arrendamento mercantil.

As provisões para contingências estão representadas por:

	2017	2016
Fiscais (Nota 6)	8.676	8.914
Total	8.676	8.914

b. Movimentação das provisões

	Saldo em 31/12/2016	2017			Saldo em 30/06/2017
		Adições	Utilizações (*)	Reversões	
Fiscais	8.490	239	-	(53)	8.676
Total	8.490	239	-	(53)	8.676

	Saldo em 31/12/2015	2016			Saldo em 30/06/2016
		Adições	Utilizações	Reversões	
Cíveis	60	-	-	(60)	-
Fiscais	8.654	272	-	(12)	8.914
Total	8.714	272	-	(72)	8.914

c. Obrigação legal

As provisões fiscais apresentadas na nota 20.a incluem as provisões de obrigações legais do Banco de Investimento as quais estão apresentadas abaixo:

	2017	2016
Contribuição Social - Constitucionalidade da cobrança / Majoração da alíquota (*)	8.497	8.070
Total	8.497	8.070

(*) O montante de R\$ 3.361 (R\$ 3.342 em 2016) referente a ações provenientes das aquisições das operações no Brasil do Grupo Lloyds em 30 de junho de 2003 e do Bank of Montreal, através da incorporação do grupo CCF em 30 de junho de 2000. Nos termos dos contratos de aquisição, essas ações estão sujeitas a indenização por parte dos vendedores caso as provisões contabilizadas atualizadas não sejam suficientes para a liquidação das causas em caso de perda por trânsito em julgado. Da mesma forma, em caso de ganho pelo HSBC das respectivas causas, as provisões atualizadas estão sujeitas a devolução aos respectivos vendedores.

d. Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

O Banco de Investimento mantém sistema e estrutura interna de acompanhamento de todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição é autora ou ré. Cada processo está suportado por avaliação de sua assessoria jurídica que considera o risco de perda envolvido e classifica o caso como de risco provável, possível ou remoto. Considerados estes pressupostos, o principal caso classificado como risco possível é o processo relativo a Compensação dos créditos de PIS/COFINS no valor de R\$ 30.395 (R\$ 34.559 em 2016).

21. Outras informações
a. Patrimônio de referência exigido (Acordo de Basileia)

O Banco de Investimento mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos nos termos da Resolução CMN nº 3.490/07 e normas posteriores.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos por:

	Saldos em 30/06/2017	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 30/06/2016
Disponibilidades	13.345	6.454	1.522
Aplicações interfinanceiras de liquidez	134.120	244.624	786.000
Total de caixa e equivalentes de caixa	147.465	251.078	787.522

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.